



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

TERMO DE REFERÊNCIA

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL



**Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização**

APRESENTAÇÃO

Este termo de referencia foi elaborado pela equipe técnica da Câmara Setorial de Meio Ambiente do CIM NOROESTE e aprovado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Marilândia ES.

Este termo tem como objetivo orientar o processo de elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA) que deverá ser apresentado pelo requerente da licença. O Plano de Controle Ambiental - PCA será apresentado pelo requerente, e constituirá da explanação dos procedimentos, técnicas e tecnologias para supressão, minimização e mitigação dos impactos ambientais negativos, dos fatores de degradação ambiental e dos passivos ambientais.

Deverão ser considerados todos os setores de produção e serviços, além de outros setores eventualmente existentes, tais como armazenamento de matérias-primas, produtos, resíduos, efluentes, geração de energia, setores administrativos, oficinas de manutenção, cozinha/refeitório, lavanderia, tratamento de água, laboratórios, setores de pesquisa e controle de qualidade, além de outros possíveis setores. **A veracidade e qualidade das informações são de suma importância para análise prévia às diligências de vistoria, e qualquer incoerência observada, dificultará e retardará a avaliação para concessão ou não da licença.**

O PCA deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal em via impressa, estar em conformidade com a legislação vigente e ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e seus anexos (caso haja).

Conforme as especificidades e a localização do empreendimento, a Secretaria de agricultura e Meio Ambiente poderá solicitar outros estudos, se assim entender que seja pertinente para a análise do processo de licenciamento ambiental. **No decorrer deste termo de referência são feitas orientações e comentários informativos ao longo do texto que não deverão ser impressos no documento a ser protocolado.**



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

SUMÁRIO

Conteúdo

1. DADOS DO EMPREENDEDOR	4
2. DADOS DO EMPREENDIMENTO	4
3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA OU PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO ESTUDO.....	4
4. INTRODUÇÃO	5
5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	5
5.1. Características da área e do entorno	5
Este tópico deverá conter um breve histórico da área, a localização e a descrição do acesso ao empreendimento (com as principais vias de acesso, pontos de referencia e outros).	5
5.2. Caracterização do Empreendimento.....	6
6. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	6
7. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	7
8. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS.....	9
Apresentar classificação do resíduo sólido gerado contendo classe, unidade e equipamento gerador, acondicionamento/armazenagem, tratamento adotado, frequência de geração e estoque.	9
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS NO EMPREENDIMENTO DESDE O INÍCIO DA LIMPEZA DA ÁREA ATÉ INSTALAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA	11
10. CONCLUSÃO	11
11. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (CASO AS IMAGENS DO EMPREENDIMENTO NÃO ESTEJAM NO DECORRER DO TEXTO)	11
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	11



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

1. DADOS DO EMPREENDEDOR

- 1.1. Identificação do empreendedor**
- 1.2. Nome/ Razão social**
- 1.3. CPF/CNPJ**
- 1.4. Inscrição (identificar se é estadual ou municipal)**
- 1.5. Nome do responsável legal**
- 1.6. Telefone/site/e-mail/site**
- 1.7. Endereço da empresa/ para correspondência**

2. DADOS DO EMPREENDIMENTO

- 2.1. Identificação do empreendimento**
- 2.2. Nome**
- 2.3. Nome fantasia**
- 2.4. Atividade**
- 2.5. Coordenada Geográfica**
- 2.6. Representante legal**
- 2.7. CPF/CNPJ**
- 2.8. Endereço completo**
- 2.9. Telefone**

**3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA OU PROFISSIONAL
RESPONSÁVEL PELO ESTUDO**

- 3.1. Nome**
- 3.2. Profissão**
- 3.3. Número do registro no conselho de classe**
- 3.4. ART**
- 3.5. Telefone e e-mail**
- 3.6. Endereço completo**



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

4. INTRODUÇÃO

Na introdução deverá ser feito um breve histórico do empreendimento informando se o mesmo possui certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal (ex.: Licença Ambiental, Autorização para Supressão de Vegetação, Autorização ANM – Agência Nacional de Mineração, Registro de Consumidor de Produtos ou Subprodutos Florestais, etc.). Deverá conter também, descrição sucinta da atividade, seus parâmetros e conseqüente classificação do empreendimento, a justificativa para implantação e operação da atividade e a fase que em o empreendimento se encontra. No decorrer do relatório deverão ser descritas as atividades a serem licenciadas, obras e serviços, seus fluxogramas, processo produtivo, impactos ambientais positivos e negativos gerados, e medidas e propostas com a intenção de minimizar ou suprimir as não conformidades relativas à poluição e degradação ambiental. Salienta-se que a veracidade e qualidade das informações são de suma importância para análise prévia às diligências de vistoria, qualquer incoerência observada dificultará e/ou retardará o deferimento da licença ou autorização.

5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5.1. Características da área e do entorno

Este tópico deverá conter um breve histórico da área, a localização e a descrição do acesso ao empreendimento (com as principais vias de acesso, pontos de referencia e outros).

Deverá ser descrito aqui também as principais características do entorno, proximidade com residências, escolas, unidades de conservação, zonas de amortecimento e demais características do entorno da atividade.

Além disso, contemplar as coordenadas geográficas dos vértices do empreendimento em SIRGAS 2000 (área EFETIVA OBJETO DA ANÁLISE), sua área total (m² ou em ha), sua área útil (m² ou em ha), seu perímetro (m ou km) e



**Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização**

zoneamento (verificar legislações municipais e/ou anuência quanto ao uso e ocupação do solo).

(INSERIR MAPA GEOREFERENCIADO CONTENDO AS INFORMAÇÕES ACIMA CITADAS).

5.2. Caracterização do Empreendimento

Este tópico deverá conter a descrição da atividade em si e de seu processo produtivo (INSERIR TAMBÉM UM FLUXOGRAMA). Descrever matéria prima, demanda por insumos e produtos, responsável pela atividade, máquinas e equipamentos utilizados no processo com sua devida capacidade instalada (caso se aplique).

Memorial descritivo da caracterização do empreendimento, abordando localização do canteiro de obras, caso se aplique, e infraestrutura básica a ser utilizada nesta etapa (esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem pluvial, quantificação da mão de obra, máquinas e equipamentos), breve descrição.

Descrever as estruturas do empreendimento e respectivas atividades a serem desenvolvidas em cada qual. Se houver necessidade de aterro, dragagem ou qualquer outra movimentação de solo/sedimento, apresentar informações sobre volume, área a ser interferida, características do material e local de destinação.

6. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Apresentar a área de influência direta e indireta do empreendimento, com justificativa para a escolha destas áreas. Áreas sujeitas a sofrer os impactos decorrentes das intervenções para implantação e operação do empreendimento, considerando alterações físicas, bióticas, socioeconômicas e das particularidades do empreendimento, contemplando a área útil e a área do entorno em raio de 300 metros, no mínimo.

(CROQUI GEORREFERENCIADO COM IDENTIFICAÇÃO APENAS DA ÁREA DE IMPACTO DIRETO E INDIRETO)



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

Diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, conforme definido, contemplando, a descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações com a atividade em estudo, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área. Nesse aspecto, muito mais do que a descrição teórica a partir de mera consulta bibliográfica, o diagnóstico deverá conter uma análise crítica e consistente da realidade ambiental constatada em visita de campo, descrevendo eventual manutenção das características originais e os aspectos de degradação, considerando meios físico, biótico e antrópico.

6.1. Caracterização do Meio Físico

Caracterização dos recursos hídricos superficiais e a situação atual de qualidade e seus principais usos, dentro da área de influência delimitada; Caracterização do solo e do relevo na área de influência do empreendimento; - Descrever os principais usos e ocupação do solo na área de influência do empreendimento.

6.2. Caracterização Meio Biótico

Caracterização sucinta do meio biótico da área de influência do empreendimento.

6.3. Caracterização do Meio Antrópico

Deverá focar as **características socioeconômicas** da área de influência do empreendimento.

7. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

RECOMENDA-SE QUE SEJA ELABORADA MATRIZ DE IMPACTO CONTENDO OS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS POR FASE DO EMPREENDIMENTO.

7.1. Efluentes:

Descrever os efluentes gerados (INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS) e a destinação dos mesmos, **inserir como anexo a licença ambiental da empresa responsável pela destinação (caso o empreendimento ainda não tenha formalizado**



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

contrato com a empresa de destinação, - caso esteja em fase de planejamento ou de instalação - deverá ser informado para que seja "exigido" nas condicionantes). Poderá se solicitada anuência em caso de lançamento do efluente em rede pública de esgoto e/ou de drenagem, ou outorga e/ou dispensa de outorga em caso de lançamento direto em curso hídrico. Caso a opção seja construir sistema de tratamento de efluentes, deverão ser apresentados como anexo o memorial de cálculo e as plantas, em **escala adequada**. Se os parâmetros dos efluentes foram superiores aos estabelecidos pelas resoluções, legislação, normativas e deliberações ambientais, deverão ser propostos sistemas ou tecnologias de tratamento capaz de enquadrar os efluentes nas condições previstas para o lançamento.

OBS: Não poderá haver diluição de efluentes, com vistas a atingir os padrões de lançamento. LEGISLAÇÃO A SER CONSULTADA: CONAMA 357/2005, CONAMA 430/2011 observadas suas alterações.

7.2. Emissões Atmosféricas

Neste tópico deverão ser explanados as emissões e controles adotados, caso o empreendimento possua, ou deva implantar sistema de tratamento apresentar plantas do sistema de tratamento proposto, em escala adequada, destacando todos os processos físicos e/ou químicos envolvidos, bem como a localização destes sistemas na área industrial, evidenciando suas interligações com as unidades de produção e com os equipamentos periféricos (dutos, ventiladores, ejetores, etc). O empreendimento deverá respeitar os padrões exigidos na CONAMA 491/2018 e suas alterações.

7.3. Ruídos

Informar se haverá geração de ruídos e se impactará a circunvizinhança, explicar os métodos e controle. Devem estar em conformidade com a ABNT NBR 10.151:2000 e 10.152:1987, caso não esteja apresentar medida mitigatória.

7.4. Resíduos Sólidos



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

Informar os resíduos gerados e sua classificação conforme a ABNT NBR 10004:2004. Informar também a destinação de cada resíduo e anexar a licença ambiental das empresas responsáveis pela coleta e destinação final dos mesmos.
LEGISLAÇÃO A SER CONSULTADA: ABNT NBR 10.004:2004 e CONAMA Nº 307/2002.

7.5. Supressão de Vegetação

Descrever se houve ou haverá supressão de vegetação no empreendimento.

7.6. Movimentação de terra

Descrever se houve ou haverá movimentação de solo, demonstrando croqui GEORREFERENCIADO da área terraplenada, descrever o volume de corte e volume de aterro em m³, apresentando local de disposição do excedente de solo (caso se aplique), caso exista a necessidade de área de empréstimo e/ou bota fora apresentar polígono GEOREFERENCIADO de cada uma e anexar anuência dos proprietários das áreas em questões.

7.7. Drenagem Pluvial

Descrever a drenagem do local demonstrando se haverá necessidade de adequação.

8. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

Apresentar classificação do resíduo sólido gerado contendo classe, unidade e equipamento gerador, acondicionamento/armazenagem, tratamento adotado, frequência de geração e estoque.

Descrever os objetivos do plano, informando o método a ser utilizado para aplicação do mesmo.

Para elaboração das etapas do plano deverá ser observado o disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), principalmente no que tange ao conteúdo mínimo exigido em seu artigo 20.



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

8.1. Programa de redução na fonte geradora

Relacionar as metas para a redução da geração, bem como resíduos destinados a reutilização e a reciclagem, especificando classificação e quantidade. Especificar destinação dos resíduos passíveis de reutilização ou reciclagem informando a quem se destina, inclusive dados do receptor e forma de repasse (compra ou doação). Procedimentos de manejo utilizados na separação/segregação, inclusive transporte utilizado interna e externamente até o ponto de separação.

8.2. Acondicionamento

Especificar por tipo de resíduos ou grupos, os tipos de recipientes utilizados para o acondicionamento, especificando a capacidade dos mesmos, procedimentos para fechamento e vedação, tipos de equipamentos utilizados pelos funcionários para o manuseio dos resíduos.

8.3. Coleta/Transporte Interno de Resíduos

Descrever a forma de coleta e transporte de resíduos, equipamentos utilizados. Anexar licença ambiental da empresa responsável pela coleta e transporte (caso se aplique).

8.4. Estocagem temporária e Destinação Final

Descrever a área de armazenamento temporário de resíduos, e as medidas de segurança e proteção ambiental adotadas como impermeabilização do piso, cobertura e ventilação, drenagem pluvial, isolamento e sinalização, acondicionamento adequado. Apresentar planta especificando no canteiro de obras a distribuição dos pontos de estocagem temporária e segregação dos resíduos. Descrever o volume e a destinação final dos resíduos conforme classificação.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A RESÍDUOS

NBR 10004/87 Resíduos Sólidos; CONAMA 275/2001; CONAMA 307/2002; Lei 12.305/2012 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Observar outras legislações específicas.



Prefeitura Municipal de Marilândia
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gerência de Meio Ambiente e Fiscalização

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS NO EMPREENDIMENTO DESDE O INÍCIO DA LIMPEZA DA ÁREA ATÉ INSTALAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA
(CASO SE APLIQUE)

10. CONCLUSÃO

11. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (CASO AS IMAGENS DO EMPREENDIMENTO NÃO ESTEJAM NO DECORRER DO TEXTO)

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS